

Mais ni hao, menos hello

O crescente interesse pelo mandarim



**Entrevista ao Ministro
da Ciência, Tecnologia
e Inovação do Brasil**

Clélio Campolina Diniz

**Joaquim Mourato
Presidente do CCISP**

Implementação de cursos de
dois anos em Portugal

**À conversa com o
Diretor Científico da UniLúrio
Tito Fernandes**

A investigação em Moçambique

Ficha Técnica

Realização - Gabinete de Comunicação:

Pandora Guimarães
Ana Isabel Mendes
Rita Amaral
Rodrigo de Moraes

Direção:

Cristina Montalvão Sarmento

Departamento Financeiro:

Rogério Rei

Secretariado e revisão:

Sandra Moura

Capa e contracapa:

Joana Ferreira

Montagem:

Joana Ferreira e Pandora Guimarães

Impressão:

Clássica, Artes Gráficas, S.A.

Tiragem:

500 exemplares

©AULP 2014

AULP

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

www.aulp.org

Av. Santos Dumont, 67, 2º
1050-203 Lisboa (Portugal)

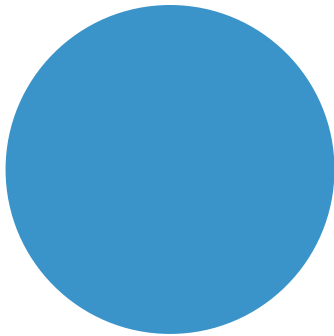
Telefone: (+351) 217 816 360/8

Fax: (+351) 217 816 369

Email: aulp@aulp.org (Geral)

comunicacao@aulp.org (Gabinete de Comunicação)





Editorial

Presidente e Vice-Presidente da AULP
Jorge Ferrão e Rui Martins

Homenagem

Professor Veiga Simão

Entrevistas

- 6 Clélio Campolina Diniz, Ministro do Brasil
- 8 Joaquim Mourato, Presidente do CCISP
- 10 Tito Fernandes, Diretor científico da UniLúrio
- 11 João Felisberto Semedo, Uni-CV

Artigos AULP

- 12 Mais ni hao, menos hello
- 14 Dia da Língua e da Cultura da CPLP
- 15 Qualúrio
- 16 Cortes comprometem investigação
- 17 Mais recursos, melhores projetos
- 18 Espaço Lusófono
- 19 Seminário RDP África
- 21 “Re-estudar” - regressar aos livros depois dos 30
- 23 Estatuto do estudante internacional
- 24 Uniarea: acesso ao Ensino Superior
- 25 Vencedores do Prémio Fernão Mendes Pinto
- 26 Futurália: Ensino Superior 4 dias em Lisboa

Artigos de opinião

- 27 Investigação em Moçambique
- 29 Estudante de Berkeley na AULP
- 30 Estagiar na AULP
- 31 Encontros AULP



Editorial

Presidente e Vice- Presidente da AULP
Jorge Ferrão e Rui Martins



Caros leitores,
É com enorme prazer que nos reunimos no XXIV Encontro da AULP. O nosso agradecimento dirige-se, especialmente, àqueles que participam ativamente no evento e aos que, de uma forma direta ou indireta, proporcionaram condições favoráveis para que fosse possível concretizá-lo. A gratificação estende-se, igualmente, a todos os que promovem a educação e a investigação no seio dos países de língua portuguesa e a Macau, pela disponibilidade, partilha de vivências e conhecimento. Queremos deixar um especial agradecimento à Universidade de Macau, ao Instituto Politécnico de Macau e ao Instituto de Formação Turística que tão calorosamente nos recebem este ano.

Iremos aproveitar a ocasião para entregar o Prémio Fernão Mendes Pinto 2011, 2012 e 2013. Como já é habitual nos nossos Encontros, temos o prazer de oferecer aos participantes a 26ª Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP) sobre Turismo e o Livro de Atas do XXIII Encontro da AULP em Minas Gerais (2013). Esperamos que estas publicações possam contribuir para responder aos desafios que um mundo em rápida e constante mudança nos proporciona.

Pela primeira vez esta revista, que contém notícias sobre a AULP e os seus membros, é impressa e distribuída no Encontro. Por tudo isto, esperamos que este número seja do agrado de todos, pois este é um veículo que a todos serve, representa e unifica.

Nesta edição destacamos o aumento da procura da aprendizagem do mandarim. Numa altura em que vários países discutem a implementação do ensino do mandarim no 3º ciclo e secundário, sublinhamos a importância da aprendizagem daquela que é a língua mais falada a nível mundial, e que ao lado da língua portuguesa, está a desbravar terreno nos campos da economia e das relações internacionais.

Entre os vários conteúdos abordados neste boletim informativo com notícias da AULP destacamos ainda a entrevista ao Professor Doutor Clélio Campolina, atual ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e ex-Presidente da AULP. A AULP falou com o ministro não só sobre o seu percurso na Associação, mas também sobre o seu novo cargo.

Já o Professor Doutor Joaquim Mourato, Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), também se mostrou disponível para colaborar com a AULP e falou sobre os problemas inerentes à investigação nos Institutos Politécnicos e as dificuldades na implementação dos cursos de dois anos em Portugal.

Neste número poderá ainda ler a reportagem sobre o Núcleo de Física do Instituto Superior Técnico (IST) da Universidade de Lisboa que foi a Timor ensinar Física de uma forma divertida.

Queremos aproveitar ainda a oportunidade para deixar o nosso agradecimento e homenagem aos vários estagiários que passaram pelo Gabinete de Comunicação da AULP e viram na nossa organização uma primeira experiência de trabalho e que tanto contribuíram para o crescimento ao nível da comunicação.

Gostaríamos de terminar afirmando que a AULP continua em crescimento, está atenta à comunicação dos seus membros e justifica, todos os dias, a importância da sua área de influência. Está aberta ao diálogo, à comunicação e às relações que estabelece.

Através do Gabinete de Comunicação estamos a apostar, de uma forma incisiva, no crescimento da Associação, não só em termos comunicacionais, como nas relações que estabelece com o exterior e em todas as suas outras vertentes.

Desejamos a todos um profícuo Encontro.

*por Professor Doutor Jorge Ferrão e
Professor Doutor Rui Martins,
Presidente e Vice-Presidente da AULP*

Homenagem Prof. Veiga Simão

Morreu aquele que foi considerado o rosto da democratização do ensino



No passado dia 3 de março, o autor da reforma do ensino na década de 1970, José Veiga Simão, morreu com 85 anos devido a uma doença prolongada. O seu contributo para o Ensino Superior foi notável, destacando a fundação da primeira Universidade de Moçambique (Maputo), a Universidade de Lourenço Marques.

Graças ao contributo deste ex-ministro da educação, a partir da primeira metade da década de 70 tornou-se possível equiparar os doutoramentos obtidos em universidades estrangeiras. Novas universidades (Aveiro, Minho e Nova de Lisboa) foram criadas e o conceito de Instituto Politécnico foi instituído. “Estas universidades foram o resultado da visão e da perseverança de Veiga Simão e foram processos que vingaram”, elogiou o Reitor da Universidade do Minho. Estas instituições estão no ranking dos 100 melhores estabelecimentos de Ensino Superior com menos de 50 anos, elaborado pelo Times Higher Education.

Até 1973, o Ensino Superior português resumia-se às universidades de Coimbra, Lisboa, Técnica e Porto a que se juntaram mais tarde a Universidade Católica e algumas outras instituições.

José Veiga Simão nasceu a 13 de Fevereiro de 1929, na Guarda. Licenciou-se em Ciências Físico-Químicas e doutorou-se em Física Nuclear pela Universidade de Cambridge. Aos 31 anos era já professor catedrático na Universidade de Coimbra, mas um dos marcos da sua vida está na Universidade de Lourenço Marques, onde foi professor e reitor na década de 1960. Nos primeiros anos de existência, esta universidade cotou-se como uma das melhores de África.

A profunda reforma geral do ensino, desde o básico ao superior, veio a designar-se “Reforma Veiga Simão”. Para facilitar o acesso de todos os portugueses aos vários graus de formação, Veiga Simão disseminou a rede de ensino secundário em todo o país e criou uma nova rede de Ensino Superior. Enquanto Ministro da Educação, alargou a escolaridade obrigatória e gratuita para oito anos. Lançou as bases do desenvolvimento do ensino, estabelecendo o direito à educação e à igualdade de oportunidades. Apostou muito na educação técnica, que terminou depois da revolução dos cravos.

Em 2012, tivemos o enorme prazer de contar com a sua presença no XXII Encontro da AULP que teve lugar na Universidade Eduardo Mondlane, altura em que se comemoraram os 50 anos do Ensino Superior em Moçambique.

A AULP não podia deixar de lhe prestar homenagem e deixar aqui um solene agradecimento por todo o seu contributo para a história. Obrigada, professor, por tudo aquilo que nos ensinou.

Mensagem do Presidente da AULP, Jorge Ferrão, Magnífico Reitor da Universidade Lúrio

“Quero dar as minhas condolências, em nome da AULP e da UniLúrio. O Professor Veiga Simão vai para a eternidade saindo por uma porta Grande, pois permitiu que um enorme grupo de académicos e profissionais se tivessem formado. Que a sua alma repouse em paz!”

Com pesar, Jorge Ferrão

Entrevista Clélio Campolina Diniz

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil foi Presidente da AULP e Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais. Em entrevista à AULP revelou que não esperava o convite feito pela Presidente do Brasil, Dilma Rousseff.



E sperava o convite da Presidente Dilma Rousseff para ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação?

Clélio Campolina (CC): Não, para mim foi uma surpresa. Estava terminando meu mandato de reitor na Universidade Federal de Minas Gerais e já me preparava para viajar para Londres onde assumiria a posição de visiting fellow (professor visitante) da London School of Economics.

Acha que vai conseguir contribuir de uma forma mais incisiva para o desenvolvimento tecnológico do Brasil tendo em conta que assumiu recentemente o cargo político?

CC: Creio que sim. Eu estou convencido de que a articulação entre a educação, ciência e tecnologia, fazendo a interface com o sistema empresarial, é o caminho decisivo para a consecução de um projeto de desenvolvimento capaz de combinar crescimento económico, inclusão social, redução das desigualdades regionais e uma inserção mais soberana do Brasil na ordem global.

Como resume a experiência de ser presidente da AULP?

CC: Fui presidente da AULP por um ano e meio, concluindo o mandato iniciado pelo professor Ronaldo Tadeu Pena, a quem sucedi na Reitoria da UFMG. A experiência foi muito rica, permitiu-me conhecer as demais universidades de língua portuguesa. Nós preparámos um projeto académico que eu considero arrojado, cuja proposta apresentada em Macau, em 2010, e aprovada em Bragança, em 2011, possibilitou a implementação do PIAPEE (Programa Internacional de Apoio à Pesquisa Ensino e Extensão). Este programa deu origem a um edital da CAPES, através do qual foram selecionados, na primeira rodada, 46 projetos de Universidades Brasileiras e, depois, mais 13, permitindo ampliar a integração das Universidades Brasileiras com as Universidades Africanas de Língua Portuguesa, sem desconsiderar o facto de que o Brasil já tem uma grande mobilidade com Portugal. Queremos manter essa articulação académica e científica com Portugal, mas precisamos aumentar a nossa mobilidade com os países africanos de língua portuguesa. Então considero isso muito importante, pois temos com África uma forte identidade cultural, uma herança histórica, um compromisso político e social. A população brasileira tem uma grande influência africana e há também uma grande influência da África em todos os aspetos da vida social e cultural do nosso país, com destaque para a música e para a nossa

culinária. Para nós é muito enriquecedor ampliar cada vez mais os nossos laços com os países-irmãos e contribuir também para o desenvolvimento dos países africanos. Muitos deles acabaram de sair de um regime colonial há poucos anos.

Considera que o seu envolvimento com a Associação vai exercer influência na forma como irá administrar este novo cargo assumido?

Creio que sim, porque a minha experiência na AULP me permitiu conhecer mais a realidade dos países de língua portuguesa, e não só a de Portugal, mas em especial a dos países africanos de língua portuguesa, suscitando uma maior preocupação de minha parte com a necessidade de integração sul-sul. Aliás, o princípio que orientou o nosso programa para África foi o de promover uma internacionalização solidária, sem subordinação e sem dominação. E permitiu-me também conhecer mais de perto Macau e toda a sua rica experiência. Trata-se de uma região que tem língua oficial portuguesa; um país hoje ligado a uma zona económica especial da República chinesa e, portanto, com todo o dinamismo económico asiático. É muito importante a nossa ligação com Macau porque isso facilitará o nosso entendimento desse arrojado crescimento económico asiático. Macau e Timor Leste oferecem essa proximidade com a Ásia, propiciando condições muito enriquecedoras para que nós possamos ampliar nossos laços com outras partes do mundo e, uma vez mais, fortalecer a nossa relação sul-sul nessa perspectiva de internacionalização solidária.

O Professor Doutor Clelio Campolina Diniz participou vivamente na criação do Programa PIAPEE. Dado este novo cargo que assumiu, qual a contribuição que a AULP poderá esperar para o crescimento deste projeto desenvolvido por si?

O PIAPEE é um projecto que está vinculado às universidades brasileiras, que estão vinculadas ao Ministério da Educação. Foi publicado um edital da CAPES, que é uma agência vinculada também ao Ministério da Educação. Mas nós estamos trabalhando em conjunto, pois entendemos que a articulação entre educação, ciência e tecnologia é central e decisiva para o desenvolvimento nacional e, portanto, estamos atuando de uma maneira muito colaborativa e eu entendo que, principalmente com o avanço da mobilidade internacional propiciada pelo PIAPEE, nós podemos ampliar também as nossas actividades de pesquisa conjuntas.

Qual pensa ser o papel das Universidades brasileiras no desenvolvimento tecnológico do Brasil?

Hoje está claro no mundo que educação, ciência e tecnologia conformam a base para o desenvolvimento e precisam ser permanentemente articuladas e aproximadas com o sistema produtivo, com o sistema empresarial. Nesse sentido, eu entendo que as universidades são, por natureza, o locus gerador de conhecimento novo, o locus transmissor de conhecimento, o locus formador de recursos humanos. Assim, não se pode pensar ciência e tecnologia para o desenvolvimento econômico e social sem uma presença decisiva do sistema acadêmico universitário. É necessário enfatizar que a educação deve ser vista desde a formação infantil até à pós-graduação, numa cadeia lógica e sequencial. Não tem como ter um sistema universitário de qualidade se não tivermos educação básica de qualidade. Esse é um tema que tenho discutido permanentemente com o Ministério da Educação, com a finalidade de estimular formas de pensar a educação numa perspectiva integrada, considerando os desdobramentos da educação para a tecnologia e como a base de um projecto de desenvolvimento econômico com justiça e inclusão social. Mas é preciso ressaltar também uma necessária reflexão crítica para evitarmos o gnosticismo científico-tecnológico para que a ciência e a tecnologia estejam a serviço da humanidade e não o inverso.

Disse à Convergência Digital: “Vou dar continuidade, mas também recebi uma delegação da presidenta de levar a ciência e tecnologia brasileira ao mesmo nível dos países desenvolvidos”. Qual vai ser a sua estratégia para desenvolver a investigação nas Universidades enquanto ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação?

Nós estamos trabalhando de forma conjunta, como eu disse, com o Ministério da Educação e com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O desenvolvimento científico e tecnológico é um processo estrutural de médio e longo prazos e, portanto, deve ser concebido como uma política de Estado, uma política que vai além de um período governamental. Além disso, deve contemplar grandes projectos de pesquisa de base laboratorial, de base científica e uma forte formação de recursos humanos, integrando cada vez mais os diferentes campos científicos, porque a realidade nos apresenta hoje diferentes desafios que são transdisciplinares ou interdisciplinares, de maneira que a ciência tem hoje um desafio novo, que é o de pensar em vários campos disciplinares de forma conjunta para resolver problemas concretos. A forma de alcançarmos uma posição de destaque no cenário global é fazer um investimento pesado, melhorando a situação das universidades e a promovendo formação sólida de recursos humanos. É nesse sentido que o Brasil tem tido, apesar do nosso atraso relativo, consistência na sua política científica e tecnológica, desde a criação dos órgãos que hoje são a matriz do desenvolvimento científico e tecnológico, como o CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), nos anos 1950, com todas as políticas de pós-graduação e desenvolvimento tecnológico que estão combinando diferentes acções: os editais universais que permitem que todos os membros da comunidade académica possam pleitear apoio para os seus projectos de pesquisa ou os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), que, com um arranjo novo que o Brasil fez, estão na segunda fase, permitindo que todos os grupos altamente preparados organizem os seus projectos de pesquisa, efetuem complementariedade e interface com o sistema empresarial e com os órgãos do Governo. Os resultados

alcançados até agora são muito positivos. Acabamos de criar o Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento. O Brasil é um país grande, um país federado, com muita desigualdade social e regional. Como o Programa das Plataformas, estamos desenvolvendo uma sistemática nova, que é uma articulação mais efetiva e promissora entre os setores científico e produtivo, intensificando a aplicação da ciência na produção.



“As universidades são, por natureza, o locus gerador de conhecimento novo, o locus transmissor de conhecimento, o locus formador de recursos humanos”



O Brasil possui recursos financeiros para apostar em projetos de investigação?

Sim, possuímos. O Orçamento do Ministério da Educação atualmente é superior a R\$ 100 bilhões por ano, o que representa montante acima de US\$ 50 bilhões, e o do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é da ordem de US\$ 3 bilhões. O Brasil acabou de aprovar no Congresso Nacional o plano nacional de educação, que fixa como obrigatoriedade, até 2024, a aplicação de 10% do PIB em educação. E mais do que isso. A grande expansão da produção do petróleo nas reservas em águas marítimas profundas localizadas no chamado “pré-sal” vai gerar royalties a serem apropriados pelo Governo brasileiro, sendo que 75% desses recursos serão direcionados à educação. Assim, podemos dizer que o Brasil já vem investindo muitos recursos em educação e temos todas as condições para dar continuidade aos avanços observados nos últimos anos, inclusive porque esta área deve ser vista como prioridade nacional. Cabe ressaltar, por fim, que as atividades de pesquisa serão fortemente impulsionadas nos próximos anos, por causa do novo Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento (PNPC). Este programa, criado pelo decreto nº 8.269/2014, assinado pela presidenta Dilma Rousseff no último dia 25 de junho, tem como objetivo estreitar a articulação entre a área científica-acadêmica com o setor produtivo, intensificando a aplicação da ciência na produção, de modo a gerar produtos e processos inovadores que possam atender de forma efetiva questões estruturais relacionadas ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Este programa, cujo prazo de implementação é inicialmente de 10 anos, irá mudar a escala da ciência e da tecnologia do Brasil, propiciando condições para que sejam reduzidas as desigualdades sociais e regionais do nosso país e, ao mesmo tempo, diminuir o hiato econômico, social e tecnológico do Brasil em relação a outras nações. Para isto, estamos trabalhando de forma articulada entre os Ministérios da Educação; Ciência, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, dentro da concepção de que educação, ciência, tecnologia e inovação formam a base de um projeto de desenvolvimento capaz de combinar crescimento econômico, justiça social, redução das desigualdades regionais e uma melhor inserção do Brasil na ordem global.

Joaquim Mourato
“O CCISP não é contra os
curtos de dois anos. A questão é como os
queremos posicionar”

O Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Prof. Dr. Joaquim Mourato, falou com a AULP sobre a posição do Ensino Superior Politécnico português relativamente à implementação e regulamentação dos cursos Técnicos Superiores Profissionais, de dois anos, aprovados recentemente por decreto-lei.



Os novos cursos conferem o nível 5 do QNQ (Quadro Nacional de Qualificações), superior ao nível 4 (correspondente ao 12º ano), mas inferior ao nível 6 (correspondente à licenciatura). Num primeiro ano, os alunos têm uma componente teórica e no segundo têm uma componente mais técnico-prática acompanhada por um estágio curricular numa empresa da área.

Segundo o decreto-lei, poderão concorrer alunos com o 10º e 11º anos concluídos ou pessoas que frequentem os cursos “Maiores de 23” e com aprovação nas provas finais.

Os Institutos Politécnicos serão os responsáveis para lecionarem estes cursos. Prevê-se que estes comecem a ser leccionados em setembro de 2014 e a verba disponível para o seu arranque é de 20 milhões de euros.

Anteriormente à publicação do decreto-lei, Joaquim Mourato disse à AULP que o CCISP não está contra os ciclos curtos, até porque os Politécnicos já administram os Cursos de Especialização Tecnológica (CET). No entanto, não concorda com a coexistência destes com os novos cursos. Neste momento, os CET’s estão no nível 4 do quadro europeu. No quadro nacional, os CET’s são nível 5, assim como os novos cursos. Logo, não existe equivalência entre o QNQ e o quadro de referência europeu. “Não pode ser atribuído um certificado com o mesmo nível a ambos os estudantes, pois não têm uma experiência educativa igual”, disse.

Estes cursos já existem em vários países europeus - como Espanha, França e Inglaterra. Segundo o Prof. Joaquim Mourato, Portugal podia aproveitar a experiência europeia para cometer menos erros na implementação desta oferta formativa, o que na sua opinião não está a acontecer. Respondendo a várias questões colocadas pela AULP, o Presidente do CCISP refletiu sobre os possíveis resultados, a longo prazo, da implementação destes cursos.

José Ferreira Gomes, Secretário de Estado do Ensino Superior, considera que os Institutos Politécnicos são as instituições de Ensino Superior mais qualificadas para dar estes cursos. Concorda com esta afirmação?

Compreendo que a tutela tenha tomado esta decisão tendo como base a existência de uma sistema educativo binário. Se um dos sistemas está mais vocacionado para a via profissionalizante, faz sentido que sejam estas instituições.

E os Institutos Politécnicos estão preparados para começar a dar estes cursos já este ano, em setembro?

Nós já lecionamos os CET’s, que em termos de requisitos são muito idênticos. Os nossos docentes estão preparados para lecionar estes cursos e temos as condições laboratoriais necessárias. No entanto, acho difícil que estes comecem já em setembro. Até porque não existiu um envolvimento dos politécnicos na construção desta oferta formativa.

Segundo dados recentes divulgados pelo IEFP, existem atualmente cerca de 94 mil desempregados licenciados. Se estes licenciados não têm trabalho, como é que estes cursos com dois anos podem formar pessoas para integrar as empresas?

Essa questão eu devolvo-a ao Sr. Secretário de Estado e de Ensino Superior e para o Ministro da Educação e Ciência. Porque considero que é das primeiras questões que devem ser colocadas quando estamos a construir um produto. Gostaria de perceber, quando o Sr. Secretário de Estado diz que temos 11 mil potenciais candidatos para estes cursos, o que vai acontecer a estas pessoas quando terminarem os cursos. Deve ser percebido, do lado das empresas, que necessidades existem. E depois dizer às Instituições de Ensino Superior números reais das necessidades concretas do tecido empresarial. Mas nós desconhecemos que estudo foi feito e por isso não consigo responder a essa questão. O CCISP também ainda não fez os seus próprios estudos para implementação do curso.

O Orçamento de Estado para 2014 prevê um corte de 80,5 milhões de euros no Ensino Superior. Na sua opinião, é relevante este investimento de 20 milhões de euros, valor apontado pelo Secretário de Estado do Ensino Superior?

Durante 7 anos os cursos terão disponíveis uma verba de 20 milhões de financiamento. No total, serão 140 milhões provenientes de fundos comunitários. Mas e depois disso? Quando deixarem de receber este financiamento teremos um problema. Os alunos têm de contar como alunos do Ensino Superior. Portanto têm de contar para efeitos de financiamento e tem de vir por via da Orçamento de Estado e não por fundos comunitários. Estes fundos devem ser utilizados para melhorar as condições dos estudantes e equipar mais laboratórios, o que vai ser necessário. A existência de fundos comunitários não deve implicar a redução do financiamento do Orçamento de Estado, ou ficaremos dependentes destes.



Professor Tito Fernandes

“O país tem de iniciar a execução de investigação fundamental nos sectores de ponta e prioritários”

Num país em desenvolvimento em África é importante perceber qual o papel das instituições de Ensino Superior em prol da investigação. De que forma é que as instituições contribuem para o desenvolvimento do país? Quais as parcerias estratégicas? Há recursos financeiros para apostar na investigação? O que reserva o futuro? Questões que ganharam resposta graças ao contributo do catedrático e director científico da Universidade Lúrio, de Nampula (Moçambique), Tito Fernandes.

De que forma os projetos de investigação na UniLúrio contribuem para o desenvolvimento de África?

Em Moçambique, e na UniLúrio, as atividades de Investigação são reduzidas por diversos motivos. Não existe pessoal com pós-graduação em número suficiente para supervisão da investigação e os apoios financeiros são limitados, embora estes não sejam o factor limitativo, pois ONGs e empresas têm proposto e até financiado alguma pesquisa. Dizemos pesquisa pois envolvem mais “surveys” que investigação original (“research”), replicando delineamentos experimentais elaborados noutras partes do mundo, procurando respostas para as realidades locais, o que também tem o seu valor de ciência aplicada. Só consideramos verdadeira Investigação quando há publicação dos resultados em revista com “referee”. No entanto, em África, mais do que procurar publicações será ter resultados práticos úteis para a solução dos problemas das comunidades. Ciência está de facto ligada ao desenvolvimento, porém, apesar do elevado crescimento económico em Moçambique, o desenvolvimento, determinado por parâmetros universais e não pelo rendimento per capita em US\$, demonstra que a velocidade de crescimento económico não é acompanhado por índices aceitáveis de melhoria na qualidade de vida da maioria da população. Na verdade, os problemas básicos de habitação, de acesso a água potável, de energia eléctrica continuam e com impacto negativo no uso desregrado de fontes de energia baseados nos recursos agrários (lenha e carvão vegetal), com repercussão no estado sanitário das populações que continuam sem os mínimos razoáveis de cuidados de saneamento, bem-estar e de saúde. Não se dinamizam aspetos simples como tecnologias de aproveitamento da energia solar, das águas resultantes da pluviosidade regular, e em excesso em certas épocas, bem como do estudo de medicamentos tradicionais. Neste último aspeto, a UniLúrio tem iniciado alguns pequenos projectos que poderão dinamizar a utilização de plantas tradicionais como a moringa. Investimentos feitos por ONGs, através de verbas que entram no Orçamento Geral do Estado, não aceitam o financiamento de aquisição de equipamentos laboratoriais de forma significativa, nem o pagamento aos recursos humanos nacionais, o que ocasiona desequilíbrios e injustiças internas, privilegiando a mão-de-obra estrangeira.

Para o sucesso desses projectos, que tipo de parcerias estabeleceu com instituições de Ensino Superior de outros países?

A UniLúrio tem sabido suprir as carências acima descritas através de uma forte internacionalização das suas ações e objetivos, em todas as áreas do saber desenvolvidas nos diversos cursos, isto é, saúde, engenharias agrárias, arquitetura. Inúmeros protocolos, não só escritos, mas com direto impacto na vida da UniLúrio têm sido elaborados e desenvolvidos com relativo sucesso, sobretudo com o Brasil, Estados Unidos da América, Irlanda e Portugal. Infelizmente, as parcerias nacionais não são tão evidentes, embora existentes sobretudo na realização dos atuais Mestrados. Os enormes custos de deslocação relacionados com a interioridade da UniLúrio nas 3 Províncias do norte de Moçambique, com companhia aérea de bandeira nacional com monopólio, dificultam imenso o processo de parcerias pois as despesas acrescidas, comparando com as deslocações internacionais, enfraquecem e reduzem a mobilidade académica.

Existem recursos financeiros disponíveis para apostar em projetos de investigação?

Existem recursos disponíveis, porém devem obedecer às prioridades nacionais definidas pelo Ministério da C&T e Ministérios sectoriais (e.g. Saúde, Agricultura, Recursos Minerais, Pescas). Investigação fundamental não existe e consideramos, nesta fase, mais fácil, viável e económico a transferência de conhecimento e tecnologias dos países desenvolvidos. Os financiamentos por agências de cooperação dos países mais desenvolvidos é realizada com interesses mais dos países de origem que dos interesses locais nacionais. Os recursos do Banco Mundial, supostamente a entidade que lidera a luta contra a pobreza mundial, não estão acessíveis às academias e concentram-se nos ministérios centrais na capital. Conhecem-se muitos milhões de US\$ que entram no país, mas a universidade tem hipóteses muito reduzidas de ter acesso a esses incentivos financeiros. Em nosso entender, equipar laboratórios com ajudas dessa natureza, seria fundamental para que o ensino não seja simplesmente o debitar matéria teórica, que na sua maioria exige a memorização de conteúdos, o que origina frequentemente a formação de graduados pouco competentes, sem a desejada qualidade.

Na sua opinião, qual o futuro da investigação em África? O que precisa de ser feito para aumentar a investigação nas instituições de Ensino Superior?

Em nossa opinião, os ministérios da C&T deveriam funcionar com modalidades que pudessem incorporar os imensos apoios financeiros que entram nos ministérios sectoriais, executando

uma cadeia de comandos baseada em prioridades nacionais e não por interesses internacionais. Para tal, seria necessário no MCT haver Comissões Científicas independentes, com a participação de investigadores e fazedores de decisão, nas diversas áreas do saber. Saber realizar a distribuição dos financiamentos pelos Centros de I&D e chamar a responsabilidade os investigadores principais. Incentivar a incorporação de equipas nacionais nas candidaturas de megaprojectos internacionais e outros, onde a componente nacional será formar quadros e equipar minimamente as universidades e seus laboratórios e oficinas. Saber esclarecer aos governantes de que gradualmente o país tem de iniciar a execução de investigação fundamental nos sectores de ponta e prioritários apoiando-se em parcerias internacionais.

Alguns temas de I&D que estão a ser desenvolvidos na UniLúrio:

- Estudo de avaliação da desnutrição crónica e reabilitação infantil.
- Pesquisas nos domínios de diversos distúrbios oculares.
- Pesquisas em Conservação da natureza e estudos de biodiversidade marinha e terrestre.
- Pesquisas na área de Saúde: Epidemiologia, Optometria, Otorrinolaringologia, Pediatria, Nutrição, Saúde da Família e Comunidade.
- Estudo de micotoxinas em diversos produtos agrícolas.
- Pesquisa agrícola no domínio de novas culturas agrícolas (soja) e florestas no Niassa.

Professor João Felisberto Semedo **“O Ensino Superior enfrenta o desafio de criar e distribuir conhecimentos socialmente relevantes”**

São palavras do Doutor João Felisberto Semedo, Presidente do Conselho Diretivo da Universidade de Cabo Verde. A AULP falou ainda com o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, António Correia e Silva, para perceber o papel do Ensino Superior na Investigação e no desenvolvimento do país.



De que forma os projetos de investigação na Uni-CV contribuem para o desenvolvimento de África?

A Universidade de Cabo Verde tem como missão a produção do conhecimento, essencialmente pela investigação científica, na aprendizagem, utilizando a sua difusão, designadamente através das tecnologias da informação e da comunicação e a sua valorização, através da inovação e transferência para as empresas e sociedade. A Uni-CV funciona segundo o seu regulamento, como um centro de criação, difusão e promoção da cultura, ciência e tecnologia, que articula o estudo e a investigação, de modo a potenciar o desenvolvimento humano, como facto estratégico do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. A Uni-CV desenvolve e promove a consolidação dos Estudos como programas estratégicos, tendo como objetivo o atendimento nas vertentes de formação e especialização, quer pela oportunidade que oferece de afirmação nacional e internacional. As áreas de conhecimento da Uni-CV, nomeadamente as Ciências da Natureza, da Vida e do Ambiente; Ciências Humanas, Sociais e Artes; Ciências Económicas, Jurídicas e Políticas e Ciências Exatas, Engenharias e Tecnologias são desenvolvidas em unidades de investigação com adesão a programas de mobilidade académica (estudantes, professores e pessoal não docente) através de coordenação conjunta com prestigiadas universidades, que potenciam excelentes parcerias entre investigadores e instituições, pautadas por padrões internacionais de qualidade.

Para o sucesso desses projetos, que tipo de parcerias estabeleceu com instituições de Ensino Superior de outros países?

A Uni-CV abriu-se ao mundo do conhecimento, através da adesão a associações de universidades, a redes, a consórcios e a programas de mobilidade académica e de investigação internacionais. Por iniciativa própria ou a convite de outras instituições de ensino superior, estabelece dezenas de protocolos de mobilidade académica e de investigação científica com instituições de ensino superior estrangeiras. São intensificados os contactos com instituições estrangeiras e internacionais produtoras de Ciência e Tecnologia, com o sentido da internacionalização, e tendo em meta as exigências de qualidade e equidade. Participação em redes internacionais, tais como a Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa, Rede Internacional de Investigação sobre Cidades Atlânticas, e Rede UNAMUNO Eixo Atlântico.

“África tem um futuro brilhante em investigação. Os jovens estão a descobrir a Ciência. A população e a classe política estão, neste momento, a reconhecer o seu valor”
António Correia e Silva

Existem recursos financeiros disponíveis para apostar em projetos de investigação?

A noção e prática da internacionalização e posterior resposta em termos de regionalização têm sido testemunhadas pela participação em vários programas e projetos de mobilidade académica e de iniciação científica, e com o objetivo de financiar a investigação na Uni-CV. Exemplos típicos incluem, o programa Erasmus Mundus (ANGLE, DREAMACP, KITE, CARIBU). Outros programas internacionais, nomeadamente, os Programas SEMACA (Fortalecimento Institucional Universitário no Espaço Canárias e África), União Europeia-MAC-Programa transnacional Madeira, Açores, Canárias), UNAMUNO, CAPES/AULP - (Brasil), da Bridgewater State University (BSU), têm vindo a destacar o processo e implementação de integração regional e iniciativas de colaboração. A renovação do Programa de Cooperação Transnacional MAC para o período de 2014 a 2020, bem como com o Programa ‘Erasmus Plus’ (Erasmus+), para o mesmo período, que englobará as diversas ações, financiados por fundos da Comissão Europeia, que integravam os Programas Aprendizagem ao Longo da Vida, Juventude, Tempus, Erasmus Mundus e Alfa e Edulink. Estas ações têm sido desenvolvidas para apoiar a execução das três funções da Uni-CV – ensino, investigação e extensão académica.

Na sua opinião, qual o futuro da investigação em África? O que precisa de ser feito para aumentar a investigação nas instituições de Ensino Superior?

Existem desafios coletivos, tais como sustentabilidade e objetivos de desenvolvimento do Milénio, entre outros, que pode causar um grande impacto no futuro. A relação entre a pesquisa científica e o processo decisório político relacionados ao bem-estar coletivo e ao interesse em geral necessita de ser explorada e analisada para que sejam estabelecidos elos entre os vários sectores da sociedade. O ensino superior enfrenta o desafio de criar e distribuir conhecimentos socialmente relevantes, a fim de desempenhar um papel pró-ativo e comprometido na transformação e mudança positiva das sociedades. Mudar os sectores económicos públicos e privados, através da transformação e inovação, para que os mercados sejam mais atrativos e competitivos e sociedades mais sustentáveis. A redução da pobreza, dos problemas ambientais, das doenças e dos conflitos que atravessam fronteiras nacionais deveriam ser usados com a utilização de estratégias mais globais. Para enfrentar os novos desafios sociais, bem como as necessidades locais de conhecimento, as universidades devem estar dispostas a cooperar em redes com outras universidades em escala global.



Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, António Correia e Silva,

“Há vários projetos de investigação nas universidades de Cabo Verde. As pós-graduações ligam-se diretamente com a investigação. Estamos no início de um processo, mas já há algumas universidades que estão inseridas em redes internacionais, como a AULP. Isso permite a mobilidade de docentes e investir nos laboratórios, na qualificação. Estão a ser lançadas as primeiras sementes nas Ciências e Tecnologias.

Estão a ser desenvolvidos consórcios para a investigação, pois esta não se faz de forma isolada, mas sim em rede para colocar as forças em comum e transmitir conhecimentos. Isso tem sido política das universidades cabo-verdianas.

Portugal, Brasil, EUA, China e os PALOP são alguns dos países onde Cabo Verde possui projetos de investigação comuns. Cabo Verde precisa de mobilizar os recursos financeiros, mas para o fazer precisa de ter projetos. Temos projetos, mas é necessário agora mobilizar parceiros. Estamos numa fase de desenvolvimento.

“África tem um futuro brilhante em investigação. Os jovens estão a descobrir a Ciência. A população e a classe política estão, neste momento, a reconhecer o seu valor”, acrescentou.

Mais ni hao, menos hello O interesse da aprendizagem do mandarim está a crescer

Até há alguns anos o mandarim não passava de uma língua exótica e muito difícil de aprender, mas hoje tornou-se uma das línguas mais procuradas, quer ao nível profissional, quer ao nível académico.

Após o triunfo da economia chinesa ao longo dos últimos anos, estudantes do ensino secundário e universitário, representantes políticos e até profissionais no ramo de negócios internacionais optam por aprender o mandarim como segunda ou terceira língua estrangeira. Através de programas e iniciativas governamentais, o mandarim tornou-se mais acessível em todos os cantos do mundo.

Em Portugal, o ministro da educação, Nuno Crato, pretende introduzir o ensino do mandarim nas escolas do terceiro ciclo e do secundário. Os acordos que preveem a implementação desta medida foram assinados em Pequim, em maio de 2014, no decurso do encontro entre os chefes de Estado de Portugal e da China. Apesar de não existir uma data para a implementação da medida, espera-se que o mandarim seja posto em prática nos próximos três a cinco anos.

Joana Gomes, estudante portuguesa da Universidade de Xangai, tem 21 anos e é um exemplo de quem vê no mandarim uma vantagem para o futuro profissional. Acredita que esta língua está a assumir uma importância crescente ao nível global.

“O chinês está em todas as áreas: no turismo e no mundo dos negócios”

Depois de terminar a licenciatura em ciências empresariais na Universidade de Aveiro, Joana decidiu aprofundar os seus estudos e imergir na cultura chinesa. “Não basta só conhecer a língua, também é preciso conhecer a cultura no seu todo, sendo esta uma ‘sociedade muito diferente’”. E acrescenta, “mesmo tendo professores da língua nativa em Portugal, não é a mesma coisa.”

Para Joana é uma vantagem saber as duas línguas, o Português e o Mandarim. “Comecei a perceber que há cada vez mais relações comerciais entre a China e os Países Lusófonos, especialmente entre Angola e Brasil. Portugal começa a assumir cada vez mais importância nessas relações”, explica.

Ao longo dos anos, tem sido visível este crescimento das relações entre Portugal e China. De acordo com dados recolhidos pela AULP, atualmente, diversas universidades portuguesas promovem o ensino do mandarim.

Porém, como Joana apontou, Portugal não é o único a criar conexões com a China. Angola é um dos países com maior intercâmbio socioeconómico e cultural nos últimos dez anos.

Cheryl Mei-ting Schmitz, doutoranda em Antropologia Sociocultural na Universidade da Califórnia Berkeley, possui um projeto de campo, etnográfico, que foca o investimento chinês em Angola. No seu projeto, mostra que o número de estudantes angolanos que vão estudar para a China tem aumentado nos últimos anos: “um dos maiores incentivos para angolanos aprenderem o mandarim é a abertura das portas para o mundo dos negócios”.

Na sua investigação, Cheryl identificou dois grupos de angolanos que aprendem Mandarim: os que vão para a China com fins educacionais e os empreendedores, ou comerciantes, interessados em fazer negócios com a China. Após terminar os seus estudos,

Ensino do Mandarim em Universidade Portuguesas

Universidade do Minho	Licenciatura em Línguas e Culturas Orientais, Mestrado em Estudos Interculturais, Tradução, Formação e Comunicação
Universidade de Aveiro	Mestrado em Estudos Chineses
Universidade de Coimbra	Língua e Cultural Chinesa - Nível I ao IV; Tertúlia Chinesa
Instituto Politécnico de Leiria	Licenciatura em Tradução e Interpretação Português-Chinês e Chinês-Português
Universidade Nova de Lisboa	Instituto Oriental na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas & Curso de Verão de Mandarim
Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Ciências Humanas	Instituto de Estudos Orientais, Mestrado/Pós-graduação em Estudos Asiáticos
Universidade do Porto Faculdade de Letras	Cursos livres de Línguas

alguns estudantes angolanos retornam ao seu país e abrem os seus próprios negócios ou tornam-se tradutores para empresas chinesas em Angola.

“Muitas vezes os estudantes bilingues tornam-se o elo de ligação entre as comunidades que falam o mandarim e o português em Angola. Eles podem transitar entre os dois mundos”

Não são só os estudantes angolanos que se interessam pela língua portuguesa e chinesa. Estudantes do mundo inteiro investem atualmente na aprendizagem destas duas línguas, pois reconhecem o seu potencial económico e empresarial. Estando as economias do Brasil e da Angola em crescimento, em relações com a China, é cada vez mais importante dominar a língua portuguesa.

Matthew Blumberg, estudante da Haas School of Business na Universidade da Califórnia Berkeley, tem 20 anos e aventurou-se a aprender o mandarim e o português. O seu objetivo é tornar-se fluente nas duas línguas e participar nos seus desenvolvimentos político-económicos. “Desde 2009, que a China tem sido o maior parceiro comercial do Brasil. Este desenvolvimento permite aos povos destes países ter uma melhor qualidade de vida e quero fazer parte deste progresso. Teria muito orgulho em aumentar o intercâmbio da agricultura entre a China e o Brasil. Deste modo eu poderia lutar contra a fome global”, revela Matthew.

Aprendeu o mandarim quando frequentava o secundário e passou um ano em Xangai a estudar e trabalhar. Só aprendeu a língua portuguesa há dois anos. Confessa as suas dificuldades na aprendizagem destas duas línguas: “a maior dificuldade para aprender o mandarim foi, e continua a ser memorizar as caracteres, que se torna ainda mais complicado porque cada caractere tem vários significados e sons. Pelo contrário, em português, a maior dificuldade é a pronúncia e as gírias da língua falada, mas felizmente tenho tido muita sorte de conhecer brasileiros amigáveis que me ajudam.”

“Os alunos que estudam as duas línguas são raros, mas esta população está a aumentar”

Matthew Blumberg

O estudante de Berkeley é um exemplo dos milhares de alunos pelo mundo que se interessam pelas duas línguas. Não reconhecem apenas o valor cultural de aprender ambas, mas também o seu potencial, que é vinculado com o crescimento económico tanto da China quanto da comunidade falante do português.

A procura pelo mandarim está a crescer rapidamente, mas o português não fica para trás. Segundo dados do Observatório de Língua Portuguesa, o mandarim é a língua mais falada em todo o mundo enquanto o português é a quarta. As duas línguas são superpotências com o estreitar das relações económicas e permite o aumento do volume de negócios, quer a nível nacional, quer a nível internacional.





Dia da Língua e da Cultura da CPLP “A Língua Portuguesa é uma língua global e não uma língua de diásporas”

Qual o papel que a Língua Portuguesa assume no contexto mundial? Será este um idioma estratégico de comunicação e um fator gerador de novas oportunidades empresariais?

Estas e outras questões estiveram em debate no passado dia 5 na sede da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa - CPLP, em Lisboa. O Professor Fernando Luís Machado, investigador do ISCTE, foi o orador principal desta conferência, sendo que o estudo sobre o potencial económico da Língua Portuguesa destacou-se neste encontro.

Em cima da mesa estiveram, ainda, assuntos relacionados com a importância do desenvolvimento do português em diferentes regiões do mundo e o estabelecimento e aprofundamento de relações unilaterais entre as universidades dos países da CPLP.

Esta cerimónia contou com a presença do Embaixador Murade Murargy, Secretário-Executivo da CPLP, que salientou a importância do ensino para o crescimento de uma comunidade: “a educação pode não resolver todos os problemas de um país, mas um país também não pode resolver os problemas sem educação”. O Presidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e Reitor da Universidade Lúrio em Moçambique, Professor Jorge Ferrão, esteve igualmente presente nesta cerimónia enquanto moderador.

O facto de a Língua Portuguesa ser um meio privilegiado para a difusão e a criação cultural entre os povos, e de a fala ser vista como promoção cultural dos seus valores, esteve em destaque no discurso do Professor Fernando Luís Machado. “É um instrumento para o alcance de aspirações comuns”, disse.

A nossa língua é a quarta mais falada do mundo, segundo dados do Observatório da Língua Portuguesa. Na internet há 82 milhões de utilizadores, sendo a terceira mais usada no *Facebook* e a quarta no *Twitter*.

Segundo o Professor Fernando Luís Machado, a Língua Portuguesa “tem de ser vista como uma língua global e não como uma língua de diásporas” e, portanto, “deve ter projeção, defesa e ensino”. Para que isso seja possível é necessário reunir esforços. Mais acrescentou que a separação entre língua



e cultura deverá estar bem presente, pois apesar de a língua poder ser comum, as culturas podem ser diferentes. “Faz sentido a existência de cooperação na língua, mas competição na cultura”, acrescentou.

Para realçar a importância da língua portuguesa na economia, o orador afirmou que “a língua portuguesa assume uma crescente importância nos negócios”. Relembrou ainda que quanto mais uma língua é falada, mais pessoas a querem falar, aumentando assim a necessidade de aprendê-la.

De acordo com um estudo baseado em dados de 2011, “10% das exportações portuguesas vão para países lusófonos”, daí o facto de existir um maior comércio para os países de língua oficial portuguesa comparativamente a outros países do mundo.

A CPLP comemora o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura há quatro anos consecutivos. Uma decisão saída da XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Junho de 2009, em Cabo Verde. A decisão justifica-se pelo facto de a língua portuguesa constituir, entre os povos da comunidade, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada.

O Vice-Reitor da Universidade de Macau, e vice-presidente da AULP, o Professor Rui Martins, esteve igualmente presente nesta cerimónia e desafiou o Professor Fernando Luís Machado a fazer um novo estudo direccionado para a evolução da procura da Língua Portuguesa na China. Relembrou o atual e crescente desenvolvimento do português neste país, dado que o estudo apresentado pelo orador remetia dados com mais de 5 anos e utilizando os EUA como referência.



Qualúrio

Programa para a Promoção da Qualidade na Universidade Lúrio



Os autores deste livro partiram da premissa de que o conceito “qualidade” é subjetivo e está relacionado com as perceções de cada indivíduo. Promover a definição e o desenvolvimento da Qualidade do ensino na Universidade Lúrio e Moçambique em geral são os objetivos.

Qualúrio surge, segundo os autores, como resposta a uma “reflexão interna, realizada em 2009, isto é dois anos após o início de atividades da UniLúrio, sobre a necessidade de serem identificados todos os processos que suportam a atividade quotidiana dos Serviços Centrais, das Faculdades e dos Cursos e, em consequência, ser possível atuar sobre eles ao nível da sua organização e funcionamento numa perspetiva de melhoria contínua”.

Tendo em conta que o desenvolvimento de uma cultura institucional baseia-se em critérios da Qualidade, valores e implicações, pode ler-se no índice do livro que este programa “abrirá caminho a melhorias no processo educativo promovendo a sua eficácia ao introduzir uma organização mais eficiente e ao promover uma cultura de exigência, sem interferir na autonomia científica e pedagógica da atividade docente”.

É neste contexto que a qualidade deve ser uma ferramenta que usamos no quotidiano e que nos permite, com a identificação e eliminação das imperfeições do trabalho que realizamos, “ter como perspetiva um funcionamento ótimo através de uma melhoria dos nossos processos – e isto seja qual for a função que desempenhamos”.

Ensino Superior Politécnico Cortes comprometem investigação

Em três anos, o Ensino Superior perdeu mais de 260 milhões de euros com os cortes no Orçamento de Estado (OE). Em 2006, as instituições tinham um maior financiamento e não pagavam a comparticipação de 23% das remunerações para a caixa geral de aposentações, segurança social e ADSE. Hoje, as instituições de Ensino Superior funcionam com metade do financiamento que tinham há 8 anos.



O Gabinete de Comunicação da AULP falou com o Professor Joaquim Mourato, Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), para perceber quais as consequências destes cortes sobre o Ensino e a Investigação.

Quais as consequências diretas desse corte de 50% relativamente a 2006?

Isto é insustentável. Deixámos de renovar equipamentos e de fazer a manutenção dos edifícios, o que daqui a uns anos poderá ser problemático e o Estado poderá gastar mais pela manutenção das infraestruturas. Temos também cortado no pessoal docente e não docente, deixando os professores mais sobrecarregados, ficando com menos tempo para a investigação e desenvolvimento de projetos.

Portanto a investigação é uma das áreas mais lesada?

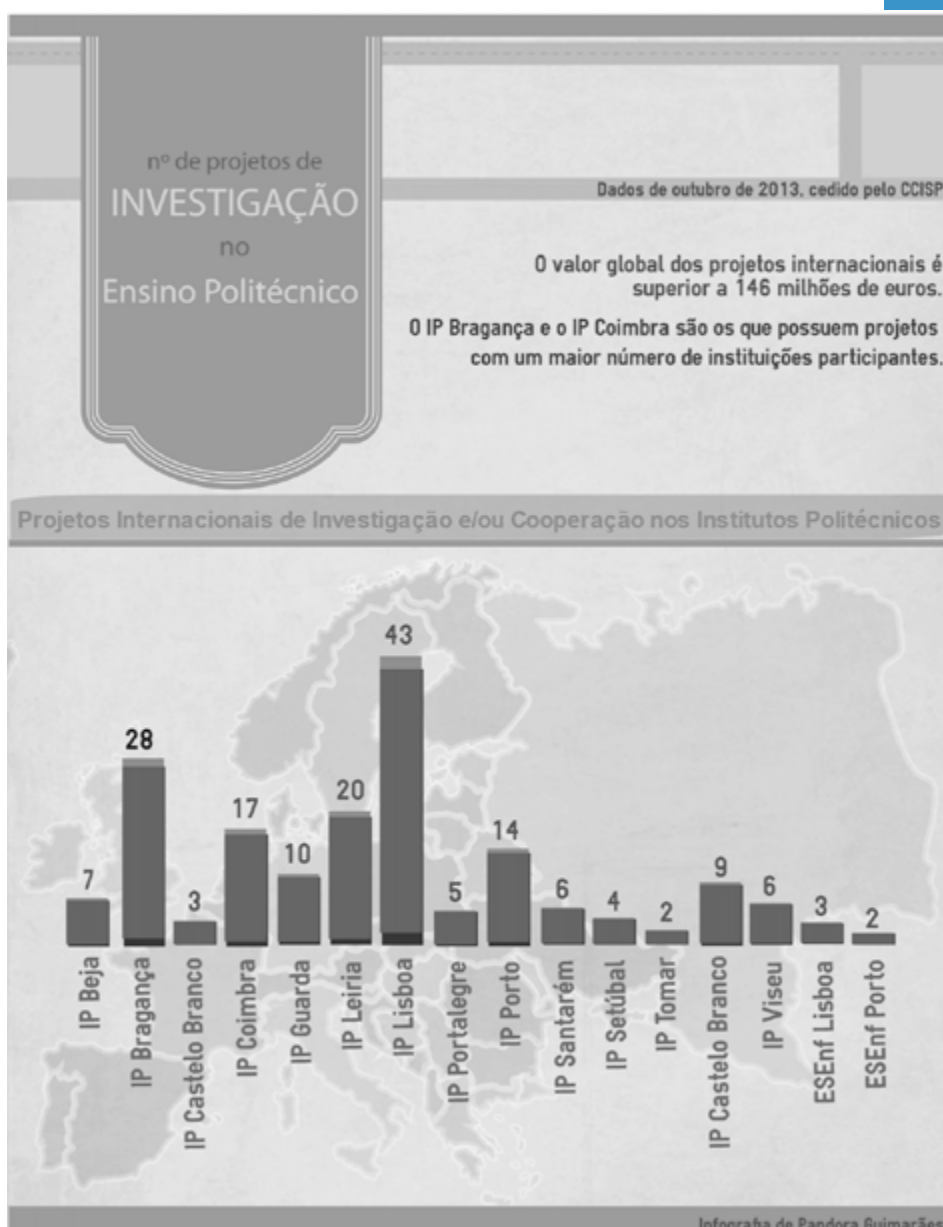
Sim. Toda a nossa estrutura e missão é sacrificada. Procuramos fazer o nosso trabalho com qualidade, mas de uma forma muito limitada. Podíamos ser mais abrangentes e ir mais longe nas atividades, mas não podemos porque estamos limitados financeiramente. Mas gostamos de pensar que isto será uma fase transitória. O CCISP desenvolveu o memorando “Propostas para o Ensino Superior Politécnico Português”, em 2013.

Projetos internacionais

Segundo o Professor Joaquim Mourato, os Politécnicos têm feito uma forte aposta na internacionalização. Com mais de 5000 estudantes e professores em intercâmbio por ano, por todo o mundo, destaca o Brasil, Macau e Europa. “Trabalhamos em mais de 50 países do mundo. Cabo Verde, por exemplo, tem uma fortíssima presença dos Politécnicos”, revela.

Projeto Poliemprende

O projeto Poliemprende é um concurso de ideias e projetos de vocação empresarial para estudantes e docentes do Politécnico e tem como objetivo promover o empreendedorismo. O 1º concurso teve início em 2003 no Instituto Politécnico de Castelo Branco, sendo que em 2007 todos os Politécnicos abraçaram este projeto. Em 2013, foi vencedor dos Prémios Europeus de Promoção Empresarial na categoria de “Investimento nas Competências Empreendedoras”. Segundo dados de 2013, cedidos pelo CCISP, a taxa de sobrevivência das empresas Poliemprende é de 70%. Os prémios do Concurso poderão chegar aos €10.000 (1º lugar na categoria Prémios Financeiros Nacionais). “O Ensino Superior Politécnico está de parabéns pela sua extraordinária cumplicidade na promoção do empreendedorismo, ao conceber e lançar este projeto inovador e altamente qualificado que é o Poliemprende.” - Comendador Rui Nabeiro, Empresário.



ESCS - IPL e AULP desenvolvem parceria

Mais recursos, melhores projetos



A Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), cedeu quatro computadores, monitores e teclados à Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

Com esta ajuda a AULP vai conseguir dar início a novos projetos. Queremos apostar num maior dinamismo, maior interatividade, novo grafismo e na produção de novos conteúdos.

Este boletim informativo contou igualmente com o apoio desta instituição de ensino que nos cedeu o equipamento multimédia necessário para a produção de reportagens multimédia.

Agradecemos esta ajuda que vai refletir no nosso trabalho diário.

Quanto à AULP, prometemos continuar a trabalhar diariamente para promover a cooperação entre instituições de ensino superior.



Fundação Calouste Gulbenkian Espaço Lusófono: uma comunidade heterógena e multirracial?

Esta questão esteve em cima da mesa durante a conferência “Espaço Lusófono (1974-2014): Trajetórias Económicas e Políticas” na Fundação Calouste Gulbenkian entre os dias 29 e 31 de maio. Entre os painéis mais importantes destacaram-se: “Mobilidades, Culturas e Identidades” e “Lusofonias/Lusotopias”.

Segundo os oradores, o espaço lusófono é mais do que um espaço delimitado geograficamente. É uma comunidade heterógena e multirracial unida por uma língua comum: a língua portuguesa.

Durante o painel “Mobilidades, Culturas e Identidades”, três oradores e a plateia discutiram a visão do espaço lusófono e muitos deles concordaram com a mesma ideia de que o espaço lusófono não é apenas constituído pelos países da língua portuguesa, mas também é formado pelas comunidades falantes da língua portuguesa.

Joanna Mormul, doutoranda da Universidade de Jagiellonian na Polónia, falou do seu trabalho sobre emigrantes dos países do Chifre da África que passam por Moçambique com o objetivo de seguir rumo à África do Sul. Defende que muitos destes emigrantes estabilizam-se em Moçambique pois demoram anos para atravessar as fronteiras e chegar ao seu destino, e assim, são influenciados pela cultura moçambicana. Joana ilustra que o espaço lusófono não é constituído só pelas pessoas que nasceram no país falante da língua, mas também pelos seus imigrantes.

Por sua vez, Kimberly Holton da Universidade de Rutgers em Nova York, compartilhou o seu estudo etnográfico e antropológico com a comunidade de “Retornados” angolanos e portugueses que hoje vivem em Nova Jersey, EUA. Ao contrário de Joanna Mormul, Kimberly sublinhou a importância dos emigrantes de países falantes da língua portuguesa na criação de uma comunidade multifacetada para os países para onde se deslocaram.

“Os emigrantes de países falantes da língua portuguesa criaram uma comunidade heterógena e multirracial nos locais para onde migraram” – Kimberly Holton.

Para finalizar este painel, Pedro Candeias do ISCTE-IUL, e investigador membro do SOCIUS-ISEGE/ULisboa, mostrou informações mais quantitativas sobre a emigração portuguesa desde os anos de 1975. À semelhança da pesquisa de Kimberly Holton, Pedro mostrou diversos gráficos e tabelas que ilustravam o aumento

da emigração portuguesa para o Brasil, Angola, Moçambique, e até mesmo para o Reino Unido e EUA desde 1974.

Os três académicos mostraram que as comunidades falantes da língua portuguesa também pertencem ao “espaço lusófono”. Apesar de não viverem em países que falam a língua portuguesa, estão ligados através de vínculos históricos que os unem.

No painel “Lusofonia/Lusotopia”, dois oradores discutiram o significado da palavra “Lusofonia” e como esta pode-se definir dentro do espaço lusófono.

Michel Cahen, professor do Centre Les Afriques dans le Monde e Sciences Po Bordeaux, utilizou o termo “lusotopia”, ao invés de “lusofonia”, para definir os vínculos entre as comunidades que falam português. Ressalta que, “lusofonia é uma mera dilatação da lusitaniedade, que se assemelha muito ao imperialismo cultural. A língua portuguesa é uma identidade comum”.

Por sua vez, Ana Paula Labourinho, professora da FL/ULisboa e Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, reforça o argumento de Cahen ao dizer que a língua portuguesa deveria ser um instrumento de conhecimento e unificação entre os falantes. Mas, a professora também reforça:

“Lusofonia’ é um império material. Existe uma procura da reconstituição do império português através da Língua Portuguesa. Acredito que esta é um meio de comunicação, um instrumento comum para conectar os países falantes da língua”.

Os dois oradores apontaram que o termo lusofonia revela um sentimento que nos traz ao passado e que não deve ser utilizado no presente ou no futuro.

O evento que contou com a presença de mais de 40 pessoas surgiu para promover um debate acerca do “Espaço Lusófono” e perceber como tem evoluído ao longo dos 40 anos do pós-25 de Abril. Entre oradores e ouvintes, o espaço encheu-se de pensamentos, ideias, e questões das dimensões económicas, políticas e culturais do espaço lusófono.

Seminário RDP África

“Os pais podem ser a maior barreira para o Ensino em África”

São palavras da embaixadora da África do Sul, Keitumetse Matthews, que durante o 8º Seminário RDP África, que decorreu na Universidade Lusófona no passado 1 de abril, alertou para a existência de uma “cultura dos senhores doutores”, em que os pais menosprezam os cursos técnico-profissionais que conferem aos jovens africanos as “skills” necessárias para o desenvolvimento do país. É difícil explicar aos pais que o país precisa de canalizadores, carpinteiros, eletricitas, mecânicos, agricultores.

O Professor Joaquim Azevedo, especialista em Ensino Técnico-Profissional, chamou a atenção para o facto de o Ensino Secundário não ter um objetivo por si só, a não ser a entrada no Ensino Superior. A crítica é feita aos governos que fazem com que haja um certo desprezo pelo Ensino Técnico-Profissional, apesar de atualmente 43% dos estudantes portugueses estarem em CET's.

O presidente da RTP, Alberto da Ponte, e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís Campos Ferreira, estiveram igualmente presentes neste Seminário que marcou os 18 anos da RDP África.

África tem um futuro brilhante em investigação

O ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, António Correia e Silva, reforçou o forte investimento de Cabo Verde numa economia competitiva e numa agenda visionária que tem como destaque o forte investimento na Educação.

O ministro disse que Cabo Verde começou por apostar nos seus alicerces: o Ensino Básico e Secundário foi melhorado. Exemplo disso é a existência de 50 liceus no país, tendo em conta que só existia 2 na entrada do novo milénio. António Correia e Silva deixou claro que o próximo passo é investir na qualidade do Ensino Superior e ter ambição na Ciência. “É necessário investir nos laboratórios e em programas de doutoramento nas áreas estratégicas, como o turismo e a agricultura.”

Independentemente das dificuldades atuais, o ministro acredita no futuro da investigação em África. “Os jovens estão a descobrir a Ciência e a população e a classe política estão, neste momento, a reconhecer o seu valor.”

A Educação não é o motor do desenvolvimento, mas sim as pessoas

Na sua intervenção, Joaquim Azevedo fez uma crítica às pessoas que chegam a África e trazem a “cabeça cheia de soluções”, apesar de não saberem qual é o problema. Acredita ainda que solucionar os problemas passa pela integração das pessoas na comunidade.

O especialista em Ensino Técnico-Profissional chamou ainda a atenção para a tendência existente em importar modelos dos



países desenvolvidos para aplicar em África, o que costuma trazer constrangimentos quando esses modelos não são adequados à realidade do país e às características do local.

Joaquim Azevedo faz ainda um apelo às empresas portuguesas: que estas se envolvam mais nos projetos que visam solucionar os problemas locais. No seu ver, muitas empresas usam África como pano de fundo das suas “selfies”, usando o país para ficarem bem na fotografia.

As empresas petrolíferas em África gastam mais de 1 milhão de euros por dia e empregam um moçambicano

Esta é uma questão que preocupa o Professor Tito Fernandes. Um dos problemas da Educação em Moçambique é a falta de empresas no país para os estudantes africanos poderem aprender no terreno. “Falta uma relação entre as empresas e as universidades”, aponta. O Professor disse ainda que os financiamentos de cooperações internacionais não funcionam em Moçambique devido a problemas de governação.

O Professor Tito Fernandes considera que os países africanos deviam apostar no envio de alunos para fora, na esperança de que estes “cérebros” voltem para desenvolver os seus países. Alerta, no entanto, para os perigos do “copy-paste” dos modelos de educação de outros países, sendo necessário desenvolver “um saber nacional, adaptado às realidades locais”.

O Professor Tito Fernandes salientou que a Universidade Lúrio tem como objetivo principal formar cidadãos. Uma das disciplinas (Programa Um Estudante / Uma Família) que integra todos os cursos da Universidade permite ao aluno estabelecer uma relação direta com a comunidade africana ao acompanhar uma família. “Os biólogos têm uma lição com os pescadores. O aluno vai buscar os problemas deles e aprender com eles para mais tarde poder ajudá-los. É um fluxo de informação. Comunidade - Estudantes; Estudantes - Comunidade”, explica o Professor. Este programa existe desde o início da Universidade, em 2007.

O Professor é da opinião que não se faz investigação significativa em Moçambique, pois não existe no país laboratórios e doutores para tal. Investigação é trabalhos originais, publicados. O que se faz em Moçambique é pesquisa (replicar trabalhos feitos com sucesso noutros países). Na sua opinião, não cabe tanto às instituições de Ensino Superior inovar, mas sim às empresas que têm esse interesse, sendo o papel das universidades acompanhar as empresas.

“É melhor ser imaginativo do que culto”, disse Tito Fernandes, citando Einstein. O Professor acredita que “daqui a 30 anos, Moçambique terá mestres, doutorados e um Ensino Superior de qualidade”.

Quis deixar ainda a mensagem: “nós não formamos investigadores, mas sim pensadores ou pessoas que sabem investigar.”

O Ensino Superior e a Formação Profissional em África

A mesa contou com o actual ministro cabo-verdiano do Ensino Superior, Ciência e Inovação: António Correia e Silva, o catedrático e director científico da Universidade Lúrio, de Nampula (Moçambique), Tito Fernandes e com o diretor do Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano da Faculdade de Educação e Psicologia (UCP - Porto) e especialista em Ensino Técnico-Profissional, Joaquim Azevedo.

Este seminário teve os seguintes temas em debate:

- Políticas Públicas e os Recursos para a Qualificação dos Cidadãos nos países africanos e, particularmente, em Cabo Verde.
- Globalização do Conhecimento e a Comparticipação Africana na Investigação e Inovação.
- Formação Técnico-Profissional como Opção Estratégica de Desenvolvimento.

Não se pode generalizar as condições de educação em África. O país que forma mais doutores é a China (60 mil/ano), sendo que a Índia forma 40 mil/ano.

Dados da UNESCO indicam que a taxa de frequência do Ensino Superior em Cabo Verde é próximo do da Europa.

Ensino superior “Re-estudar”: regressar aos livros depois dos 30

Como é estudar depois dos 30? O que leva as pessoas a voltarem aos livros depois de já estarem a trabalhar? Quais são as principais dificuldades com que se deparam? Albertino Veigas, Andreia Fernandes, Rafaela Silva e Miguel Almeida são as vozes de quem quer reciclar conhecimentos com o regresso aos livros.

Albertino Veigas, 40 anos, decidiu estudar depois de já ser proprietário de um stand de automóveis, em Sintra. “Não sabia muito sobre marketing e foi isso que me levou a adquirir mais bases para continuar a desenvolver mais o meu negócio”, explica. Resolveu investir no curso de publicidade e marketing na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) depois de se ter apercebido de que o negócio já não estava a render.

Acredita que as experiências de vida são cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho. “Com novos conhecimentos a pessoa vai acrescentar algum conhecimento à empresa, e, por isso, vai investir no local onde trabalha”, afirma.

“A conjugação de um curso e da experiência de vida é cada vez mais importante: é isso que vai acrescentar valor às instituições”, afirma. Acredita que deveria haver equilíbrio entre as duas partes: por parte do licenciado e por parte da empresa. “Um jovem que acaba um curso não tem a mínima noção de como se vai apresentar numa entrevista de trabalho”, refere.

No que respeita a esta questão Andreia Fernandes, 35 anos, também estudante de publicidade e marketing, reconhece que cada vez é mais acentuada a valorização do know-how por parte dos empregadores.

“Neste momento as empresas estão mais exigentes e pedem cada vez mais requisitos: não basta ter só experiência profissional. Uma pessoa mais completa tem as duas variantes: a de experiência profissional e a de experiência pessoal”, sublinha.

Rafaela Silva, 30 anos, estudante de literatura medieval, deixou de trabalhar para se dedicar exclusivamente ao doutoramento. Reconhece a importância dos estudos, mas ressalva a importância da experiência. “Aquilo que vem nos livros nem sempre se aplica à vida do dia-a-dia, pelo que tem de se ter a capacidade de adaptar o conhecimento teórico à realidade”, acrescenta.

Na sua opinião, as universidades deviam estabelecer mais acordos com empresas que possibilitem uma aplicação prática daquilo que se aprende. A estudante na Faculdade de Letras do Porto propõe ainda a criação de uma “comissão que se encarregue de aproximar o mercado de trabalho às universidades.”



Criar métodos de estudo

Andreia Fernandes trabalhava no ramo automóvel quando ficou desempregada há dois anos. Sem alternativas, decidiu reciclar os estudos. O mais complicado foi reaprender a estudar e a adaptar-se aos colegas mais novos: “Tento reencontrar um método de estudo e motivação para aprender temas que já são conhecidos ou que considero que não têm muita relevância. Tive também dificuldade em me adaptar a colegas de 18 e 19 anos de idade, uma vez que já não estou habituada a fazer trabalhos de grupo, mas sim a liderar equipas”.

De acordo com um estudo levado a cabo pelo pesquisador dinamarquês Lars Larsen, da Universidade de Aarhus, a inteligência mantém-se estável após os 20 anos de idade e, em alguns casos, pode aumentar com a idade. Uma motivação para Andreia regressar aos livros: afinal o conhecimento não está apenas ao alcance dos mais novos.

Já para Albertino Veigas a integração num ambiente com colegas mais novos foi fácil: “sou encarado como um colega igual, em termos de conversas e de brincadeiras”. Reaprender a estudar foi mais difícil, mas concluiu o primeiro semestre sem dificuldade. Admite que o método mais eficaz que encontrou foi o de “entender aquilo que está a escrever.” Os trabalhos de grupo não são tarefa fácil porque não domina as novas tecnologias. Afirma, no entanto, que acha engraçado fazê-los pelo Facebook.

Rafaela Silva utiliza outros métodos de estudo que pensa responderem à exigência de um doutoramento. “Tornei-me assídua nas bibliotecas, faço fichas de leitura de forma a organizar ao máximo as minhas pesquisas e estudo”, explica.

Quando se tem pouco tempo para estudar, é preciso fazer uma boa gestão do tempo. Miguel Almeida, trabalhador-estudante na Faculdade de Direito de Lisboa, afirma que “um método que não dispensa na aprendizagem é a presença nas aulas”. Aos fins-de-semana tenta planificar o tempo de acordo com o nível de dificuldade das cadeiras: “dou prioridade a matérias mais complexas deixando as mais simples de analisar para o fim”. Recorre a esquemas porque o “curso requer obrigatoriamente a necessidade de

leituras extensivas e morosas”. Lê apontamentos e sebentas, muitas vezes disponíveis da Internet ou na reprografia da faculdade.

Ensino superior e mercado de trabalho

Encontrar um curso num horário pós-laboral que seja compatível com o horário profissional é outra dificuldade encontrada quando se estuda depois dos 30.

“A questão dos horários é bastante discutida mas não existem alternativas. Quem, durante o dia, exerce uma atividade profissional, só pode frequentar aulas à noite”, refere Miguel Almeida. Propõe uma solução a esta falha: “as universidades deviam permitir que todos os cursos fossem em regime diurno e noturno.” Lamenta o facto de isso não acontecer.

Miguel aponta ainda o desfasamento entre as universidades e as exigências do mercado de trabalho. “O ensino nas universidades é, ainda, muito teórico”, afirma, pelo que é preciso existir uma maior articulação entre o mercado de trabalho e o ensino universitário.

“Hoje em dia, é o licenciado que mostra à empresa qual é a sua mais-valia na mesma. A empresa fica à espera que sejam as pessoas a mostrar as suas capacidades e não diz o que espera do licenciado”, diz Albertino Veigas. Admite, ainda, que o facto de as empresas procurarem licenciados com uma grande experiência na área, acaba por limitar os jovens que acabam de se licenciar e não têm qualquer prática. Surge, agora, outro tipo de recrutadores: “aqueles que preferem a falta da experiência profissional, com o intuito de não levar determinados vícios do emprego anterior”.

Estas são as vozes de quem não desiste de investir em si, de quem já trabalha, mesmo depois de ter mais de 30 anos. De quem, em duas palavras: recicla conhecimentos.



VOX POP

Estatuto do estudante internacional

O estatuto de estudante internacional, aprovado a 10 de Março, permite às universidades portuguesas abrirem um concurso de acesso ao ensino superior, à margem do concurso nacional, para estudantes estrangeiros. Para os alunos que não pertençam nem aos países da União Europeia (EU) nem à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o valor das propinas não tem um teto máximo.

Este concurso permite a fixação de propinas pelas instituições de acordo com o custo real. A Universidade de Coimbra já definiu o valor: 7.000 euros anuais, isto é, sete vezes mais do que cobra a um aluno nacional.

Se por um lado vai dar condições para que as instituições do ensino superior possam encontrar nas propinas uma nova fonte de financiamento, existem algumas desvantagens associadas.

A AULP foi à rua tentar perceber o que pensam as pessoas acerca deste estatuto e concluiu que a maioria não concorda com a sua implementação. Isto porque “vai criar uma maior elitização do ensino” e “limitar a entrada dos estudantes estrangeiros no ensino superior português, o que vai acabar por distinguir as pessoas que são da União Europeia e dos países da CPLP dos restantes.

Muitos apontaram a defesa do direito à igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

Se a propina for igual ao custo real da formação, o estudante estrangeiro vai passar a comparar aquele preço ao de outras universidades estrangeiras. A escolha vai recair na qualidade e atratividade do estabelecimento de ensino e não no seu custo.

Mas o número de alunos estrangeiros a estudar em Portugal não é significativo. No ano lectivo 2011/2012, existiam 28.656 alunos estrangeiros a frequentar o sistema de ensino superior português, sendo que a maioria era proveniente dos países da União Europeia e da CPLP.

Este novo regime não altera em nada os regimes especiais de acesso para estudantes bolseiros de países africanos de língua portuguesa, ou o regime previsto para os programas de mobilidade como o ERASMUS, no âmbito dos acordos de cooperação.

Uniarea

Novo portal condensa informação de acesso ao Ensino Superior

Ingressar no Ensino Superior pode revelar-se uma tarefa difícil. A Uniarea, que está disponível desde 27 de janeiro, tem como objetivo principal ajudar os alunos a escolher um curso ou um estabelecimento de ensino.

Uniarea

Mais do que um espaço de recolha de informação, é um local de partilha de opiniões, uma rede social. “Os alunos não querem saber da informação dada pelas faculdades. Eles querem saber como são os professores, se o curso é exigente ou quais as diferenças entre as universidades”, explicou Davis Gouveia, fundador na Uniarea. “Assim como hoje em dia procuramos na internet comentários das pessoas em relação a um restaurante, há a necessidade de um portal onde o candidato pode contactar com alunos ou antigos alunos da instituição de ensino superior que pretende candidatar-se. São pessoas que dão uma opinião mais sincera”, explica.

Atualmente, a Direção Geral do Ensino Superior (DGES) faz uma listagem das licenciaturas e mestrados integrados existentes em Portugal, não mostrando responder às necessidades dos estudantes, como apurou Davis Gouveia. Para reunir informação acerca de mestrados, os candidatos terão de visitar as páginas das faculdades, uma a uma, para pesquisar as várias ofertas. A Uniarea pretende ser a primeira plataforma com essa informação num só espaço e até irá disponibilizar testes psicotécnicos que poderão ser feitos online.

Desmistificar o acesso ao Ensino Superior, expondo a informação de uma forma simples e apelativa, é outro dos objetivos. Davis acredita que é muito difícil a DGES dar resposta aos milhares de estudantes que contactam para esclarecer dúvidas. Com o encerramento do “Exames.org” que deixou de existir no final do ano passado, sendo a associação dissolvida no final de janeiro deste ano, este novo portal vem preencher o vazio sentido com o fim dessa plataforma.

Este ano a Uniarea está focada na recolha das ofertas do ensino superior português, tendo como prioridade agregar informação relativamente a todas as licenciaturas em Portugal. No entanto, Davis Gouveia revelou à AULP que a Uniarea pretende ir além fronteiras e agregar a oferta do ensino superior não só de Portugal, mas também de outros países como os da CPLP e Macau. “Há muitos estudantes da CPLP interessados em estudar em Portugal”, afirma.

Davis Gouveia nasceu na Venezuela, mas veio para a Madeira aos 8 anos, onde viveu até ingressar no Ensino Superior. Quando estava no secundário queria escolher artes, pois queria seguir arquitetura. No entanto, a escola não abriu o curso de artes e Davis foi obrigado a escolher economia para fugir à Biologia. Mas quando chega a altura de ingressar no Ensino Superior, tomou como guia “Exames.org” e acabou por escolher Engenharia Aeroespacial. Estas indecisões no seu percurso escolar serviram de inspiração para construir este portal de forma a ajudar os estudantes a fazer uma escolha mais informada.

O Instituto Superior Técnico foi importante para a reunião de competências que permitiram fermentar o “bichinho do empreendedorismo” em Davis Gouveia. Segundo o fundador, ajudou a melhorar a capacidade em resolver problemas e permitiu desenvolver outras atividades paralelas quando esteve no Técnico: como é o caso da JUNITEC, a Júnior Empresa portuguesa fundada em 1990. Muitos alunos que passaram por este núcleo acabaram por montar as suas próprias empresas. “Eu acredito que qualquer pessoa pode ser empreendedora”, afirma.

A Uniarea está a participar em vários concursos de empreendedorismo, mas apesar de já ter passado várias fases, aguarda os resultados finais.

Vencedores do Prémio Fernão Mendes Pinto

Os vencedores do Prémio Fernão Mendes Pinto 2011, 2012 e 2013 foram, respetivamente, Cármen Maciel, Pedro Góis e Odair Varela, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) atribui todos os anos o prémio Fernão Mendes Pinto que premeia uma dissertação de mestrado ou doutoramento que contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa, defendida durante o ano civil anterior. O valor do Prémio Fernão Mendes Pinto é de 8.000€ (oito mil euros).

A tese de Odair Varela, o vencedor de 2013, incidia sobre a análise pós-colonial do papel do Estado cabo-verdiano no que concerne à participação local na justiça, mediante a utilização de ferramentas epistemológicas conferidas pelos Estudos dos Pós-coloniais. A tese galardoada foi “Mestiçagem Jurídica? O Estado e a Participação Local na Justiça em Cabo-Verde: uma análise pós-colonial”.

A tese de Pedro Góis, o vencedor de 2012, procurou mostrar que a “identidade étnica transnacional cabo-verdiana” vem sendo construída continuamente ao longo dos últimos séculos enquanto fenómeno social e sociológico. Venceu com a tese “A Construção secular de uma identidade étnica transnacional: a cabo-verdianidade”.

A tese de Cármen Maciel, a vencedora de 2011, procurou revelar quais as dinâmicas simbólicas - por exemplo, políticas, institucionais e culturais - que contribuem para a conceptualização da “comunidade lusófona”. A tese galardoada foi “A Construção da Comunidade Lusófona a partir do Antigo Centro - Micro-Comunidades e Práticas da Lusofonia”.



Futurália Ensino Superior concentrou-se durante 4 dias em Lisboa

A 7ª edição da Futurália esteve presente no salão de exposições no Parque das Nações e reuniu cerca de 430 instituições e empresas, nacionais e internacionais, ligadas ao ensino e formação.



Esta feira teve início no dia 26 de março, quarta-feira, e terminou no sábado, dia 29. Ao contrário do ano passado, que contou com cerca de 54 mil visitantes, este ano passaram pela Futurália apenas cerca de 30 mil.

Quando entramos no salão de exposições, percebemos que os alunos do ensino secundário foram os que mais aderiram a esta feira para procurar soluções para o futuro. Que curso devo tirar, quais as saídas profissionais? Quais as instituições de ensino superior a que me posso candidatar, que média preciso? Estas são algumas das questões que ganharam resposta durante esta visita à Futurália. Para os alunos que terminam agora o 9º ano, estiveram presentes várias ofertas de cursos de formação profissional e Tecnológica (CET's).

Mas esta feira também é direcionada a professores, formadores e jovens estudantes do ensino superior e licenciados. Exemplo disso é a presença do Instituto de Emprego e Formação Profissional, do CICD (College for International Co-Operation and Development - programa de voluntariado), ou da ASUS que colocou mais de dez computadores à disposição dos visitantes para que estes pudessem conhecer os seus produtos.

Este espaço foi também palco de seminários, workshops, palestras e debates, de âmbito educativo e tecnológico. Algumas startups aproveitaram ainda a ocasião para dar a conhecer o seu trabalho, captar novos clientes e desenvolver possíveis parcerias, como foi o caso da Inspiring Future que veio, pela primeira vez, marcar presença na Futurália.

Estas são as palavras de Vasco Rodrigues, responsável pelo suporte logístico da Inspiring Future, uma startup que esteve presente pela primeira vez na Futurália. Vasco explicou à AULP em que consiste este projeto.

“Há 6 anos a Inspiring Future só existia no papel”

O Inspiring Future é um projeto que promove feiras de orientação vocacional, direcionado a alunos do ensino secundário, que tem como objetivo principal ajudar os alunos a decidirem o seu futuro profissional e a trabalhar competências pessoais e sociais, tornando-os mais autónomos e capazes de enfrentar o futuro. À

oferta tradicional de uma feira, com expositores e apresentações, o evento Inspiring Future soma um conjunto de workshops sobre competências não técnicas, para ajudar os alunos nos seus processos de tomada de decisão, na sua preparação para a vida académica e para a vida profissional.

Entre janeiro e junho de 2014, o Inspiring irá percorrer cerca de 70 escolas secundárias da Grande Lisboa que se associaram à primeira fase deste projeto que deverá abranger cerca de 40 mil alunos.

Esta “mini-futurália,” como descreveu Vasco Rodrigues à AULP, terá igualmente expositores para empresas que, na qualidade de potenciais empregadoras, vão poder explicar aos alunos quais os perfis e competências mais valorizados pelos recrutadores. “Convidamos empresas como a Deloitte e o BES para darem o seu input sobre o mercado de trabalho para os alunos começarem a trabalhar já nos seus currículos, nas suas atitudes, nos seus comportamentos”, explica Vasco.

Estas feiras estão divididas em três partes. No início do dia estarão presentes vários expositores onde as instituições do Ensino Superior e empresas podem comunicar com os alunos. Posteriormente decorrem apresentações formais das universidades e institutos politécnicos e, por último, decorrem workshops onde os alunos terão oportunidade de trabalhar competências como a autonomia, o empreendedorismo, a pro-atividade, a assertividade, a capacidade relacional e a motivação.

Eduardo Filho, aos 24 anos, foi um dos cofundadores da startup Inspiring. Licenciado em arquitetura pelo ISCTE-IUL, especializou-se em Empreendedorismo Cultural e Indústrias Criativas. Vasco é licenciado em Ciências Psicológicas na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e atualmente encontra-se a fazer o mestrado em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos no ISCTE-IUL. São competências polivalentes que dão voz a este projeto.

No ano letivo de 2013-2014, o Inspiring Future estará concentrado nas escolas secundárias da Grande Lisboa, mas no próximo ano, a ambição da equipa é ganhar escala nacional.

Politécnica de Moçambique Investigação universitária em África

Na era da massificação do saber e da globalização económica e social já não existem dúvidas de que o continente africano precisa, urgentemente, de mais conhecimento, do que de dinheiro e projectos.



É consensual que a consecução de uma aceleração da taxa de crescimento do PIB, a longo prazo, é um pré-requisito para a erradicação da pobreza em massa. Vários relatórios de entidades internacionais apontam para o aumento dos desequilíbrios socioeconómicos em diversas regiões de África e sustentam que mais de oitenta por cento dos desequilíbrios estão directamente relacionados com a fraca estruturação dos sistemas de ensino.

Segundo estudos do Banco Mundial, em 2006 existia uma média de 35 cientistas e engenheiros por cada milhão de cidadãos em países africanos de língua oficial portuguesa, enquanto na Europa este número é de 1,576 cientistas e de 2,457 engenheiros.

A assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, projectou Moçambique como um dos exemplos de sucesso em África em termos de reconstrução económica do pós-guerra.

Desde então, o país realizou com regularidade quatro eleições presidenciais e legislativas pacíficas. As próximas estão previstas para Outubro de 2014, reafirmando o compromisso da sociedade com a estabilidade política e governação democrática. Como resultado, Moçambique vem registando um crescimento económico de cerca de oito por cento/ano desde 1996.

No entanto, para que o país possa alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), torna-se necessária uma rápida inversão dos indicadores do desempenho de vários sectores, nomeadamente da educação. Devido as suas potencialidades em reservas energéticas, a região subsariana tem sido um dos principais pólos de investimento estrangeiro e convergências multiculturais. Historiadores consideram que o séc. XXI pode ser o «século de África» com a intensificação dos processos de globalização, criando oportunidades de desenvolvimento.

As soluções para os problemas dos países africanos da região subsariana passam pelo incremento da qualidade do ensino, particularmente do nível superior.

Neste contexto evolui a primeira universidade privada de Moçambique, a Politécnica. Desde 1995, a Politécnica está envolvida no exercício de pesquisa de respostas para os desafios da sociedade moderna, através de investigação e produção do conhecimento. O resultado desse empenho é testemunhado no relatório divulgado



pelo Banco Mundial em 2007. Com o lema “Labor Omnia Vincit Improbis”, a Universidade Politécnica foi granjeando respeito e reconhecimento internacional, pela qualidade inovadora do sistema de ensino. A Universidade fez da investigação científica o principal instrumento de formação de profissionais com qualidade para um mercado cada vez mais competitivo. A formação de recursos humanos capacitados, apoio para o desenvolvimento de políticas destinadas a melhoria da governação e promoção da paz, contribuem para os objectivos de desenvolvimento do milénio.

Com uma visão além-fronteiras, a Politécnica é um parceiro estratégico no processo de reconhecimento, equiparação e atribuição de equivalências entre as universidades da região da SADC.

Porém, a pesquisa das universidades é afectada pela qualidade do ensino em geral e universitário em particular. Alguns determinantes da qualidade do ensino superior em Moçambique apresentados por Mosca (2012) incluem a preparação no ensino secundário; o perfil do estudante; a universidade nas suas actividades de formação, investigação e extensão; a proporção de gastos no ensino superior do total do orçamento do Estado; e a formação dos docentes.

Existem ainda outros aspectos que influenciam o nível de investigação nas Instituições de ensino superior. Entre estes, está a falta de acesso a Informação, a falta de conhecimento acerca dos estudos recentes da área; a melhoria das relações entre bibliotecários, pessoal de informática, académicos e gestores seniores para melhoria do acesso, uso e produção de conhecimento; e o acesso e uso efectivo de tecnologias, como é o caso da Internet.

Outros autores, como Kirkland e Ajai-Ajagbe (2013:4), referem a importância da melhoria da gestão de pesquisa nas universidades africanas, actividade complementar à pesquisa científica. Kirkland e Ajai-Ajagbe desenvolveram um modelo de desenvolvimento de estruturas de gestão de pesquisa, com base num projecto testado em cinco universidades do continente, pelo seu contributo no aumento da investigação universitária. Este modelo é composto por três fases: (i) a consciencialização da importância da gestão; (ii) a conversão da consciencialização em estruturas or-

ganizacionais para sua implementação; e, (iii) o desenvolvimento de um ambiente externo para apoiar as estruturas criadas e assegurar a sua sustentabilidade.

O continente africano, onde estão adormecidos vários domínios, reúne grandes potencialidades para o desenvolvimento humano, não apenas por aquilo que já é do domínio público, mas sobretudo pelo desconhecido: biodiversidade única; reservas energéticas e hídricas e reservas subaquáticas. Para que tudo possa ser do domínio e do proveito público é necessário que os processos de investigação nas universidades africanas sejam reorganizados e redireccionados para responder positivamente aos novos desafios socioeconómicos.

Projectos de Pesquisa e Investigação em curso na Universidade Politécnica

- Violência Doméstica Contra a Mulher em Maputo (GAP);
- Aprendizagem da Leitura e Escrita (UECU/FUNDE);
- Representações Sociais da Construção da Seropositividade Entre Alunos e Professores do Ensino Pré-Universitário em Mocuba e Quelimane – Província da Zambézia (UECU/FUNDE);
- Mapeamento das Áreas de Interesse dos Municípios, extensão da Zambézia (UECU/FUNDE);
- Saúde e Educação – Pesquisa, extensão da Zambézia (UECU/FUNDE);
- Comunicação Para a Mudança Comportamental; Radionovela (CECS);
- GAP – Gabinete de Atendimento Psicológico
- UECU – Unidade de Extensão e Cooperação Universitária
- FUNDE – Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação
- CECS – Centro de Excelência em Comunicação para a Saúde

*por Joaquim Mabuiangue e Rui Machango
Unidade de Extensão e Cooperação Universitária Universidade
Politécnica*



Rodrigo de Moraes

Estudante de Berkeley estagia na AULP

Nas três semanas em que estagiei na AULP tive a oportunidade de evidenciar, pela primeira vez, o trabalho feito por detrás das cortinas de um grande evento como a preparação para o XXIV Encontro da AULP em Macau. Desde o meu primeiro dia, fui bem recebido e totalmente integrado na dinâmica de trabalho da associação. Participei de reuniões sobre a organização do encontro, fui apresentado ao trabalho de membros da equipe e aprendi bastante sobre colaboração entre as universidades de língua portuguesa e o relacionamento que a AULP cria com todos os seus membros. Cada dia foi uma nova experiência, muito enriquecedora, de aprendizado profundo aos níveis profissional, pessoal e até mesmo linguístico da LP.

Ao nível profissional a AULP me proporcionou a oportunidade de pesquisar e escrever sobre a minha área de estudo que é a economia política nos países da LP. No artigo da 5ª newsletter, “Mais nihau e menos hello”, tive a chance de pesquisar sobre o poder da LP paralelo com o mandarim no contexto econômico e global. Entrevistei uma doutoranda em Antropologia sociocultural da minha universidade, UC Berkeley, em que me providenciou informações mais detalhadas sobre a influência do mandarim em Angola. No outro artigo “Espaço Lusófono” sobre a conferência na fundação Calouste Gulbenkian à qual assisti, recebi muitos conselhos e fui guiado a um nível de escrita que não fazia parte do meu habitual. Minha supervisora me ajudou a desenvolver um tom mais jornalístico de pesquisa em que combinasse com todos os outros textos da newsletter. “Desenvolve um tema e logo após acrescenta as informações, não precisa argumentar, pá”. Neste texto tive uma grande deficiência em entender o meio campo entre a sua opinião e o meu hábito, mas, depois de minutos conversando e perguntando, “como podemos melhorar”, finalmente compreendi.

Ao nível pessoal, digo que fui muito bem recebido na AULP. Antes de vir para Lisboa, escutei muitos estereótipos sobre as aversões dos portugueses sobre os brasileiros, mas felizmente, tais estereótipos se desmancharam logo no meu primeiro dia de trabalho como estagiário. Fui fortemente integrado pela dinâmica de trabalho e também na dinâmica do relacionamento entre os

colaboradores. Ao longo dos dias, interagindo cada vez mais com portugueses, dentro e fora do ambiente de trabalho, me habituei com a cultura que me pareceu tão distinta e peculiar no início da viagem. Hoje, com os meus olhos de 20 anos de idade, eu acho até engraçado como culturas se expressam de maneiras tão peculiares e distintas, especialmente a cultura portuguesa que me faz sorrir.

Finalmente, ao nível linguístico, me surpreendi, num arrepio muito forte, de como eu não conhecia totalmente a língua portuguesa. Primeiro, ao nível da fala, a formalidade do português de Europeu traz o registro da língua mais elevado quando em contraste com o meu, habitual, português do Brasil. Acredito que sejam os colóquios formais e até mesmo os verbos reflexivos que façam a diferença na fala, mas até mesmo na escrita, me senti um pouco corrompido e oprimido por não poder escrever “econômico”, “acadêmico”, “tanto como” e “à”, ou até mesmo usar os meus queridos gerúndios, da forma em que eu queria. Mas é claro, eu compreendo o padrão e a prioridade dos textos escritos na AULP, então, “troquei de time” e me esforcei a escrever de uma forma mais abrangente da língua. Pela primeira vez fui exposto a uma perspectiva diferente da língua portuguesa, que eu chamava de minha, mas fico muito feliz de poder ver este lado em que não via antes.

Estagiar na AULP foi uma experiência dinâmica, inesperada e enriquecedora à qual nunca esperaria ser exposto de uma maneira tão peculiar à ensinamentos que carregarei comigo tanto na minha carreira profissional, quanto na minha experiência de vida. Aprendi, escutei, pensei e refleti muito durante essas três últimas semanas. E é com um sorriso no rosto que termino este texto para deixar as minhas últimas palavras:

Muito Obrigado!

*por Rodrigo Junqueira de Moraes
Estagiário da AULP de 19 de maio a 5 junho*

Estagiar na AULP

Palavras de quem por cá passou

A AULP orgulha-se de dizer que foi, durante alguns meses, a “escola” de vários estagiários. Foi aqui que a maioria teve a sua primeira experiência profissional e adquiriu competências que permitiram dar o grande “salto” que divide o mundo universitário do mundo do trabalho. Ensinámos, mas também aprendemos muito com cada um que passou na AULP. Leia aqui o que alguns dos estagiários têm a dizer sobre a nossa organização.



Ana Mané
Licenciatura em Relações Públicas e Publicidade
03/02/2013 a 03/05/2013

Foi a minha primeira experiência profissional. A AULP revelou ser muito mais do que um coletivo de conhecimentos anexados ao meu CV. Serviu de base para as experiências profissionais posteriores e constituiu uma mais-valia para a minha formação pessoal, não só pela sua organização, mas também pelas pessoas que a constituem.



Bárbara Esteves
Licenciatura em Jornalismo
17/09/2013 a 20/12/2013

Foi na AULP que percebi como o espírito de equipa e o otimismo são características importantes para vencer os obstáculos e continuar a correr até ao próximo desafio. Como pessoa ajudou-me a abrir os horizontes e confirmou a minha opinião em como a cooperação entre universidades pode ser positiva para os países intervenientes.



Catarina Navio
Mestrado em Jornalismo
05/11/2012 a 01/03/2013

Pude desenvolver os meus conhecimentos de Marketing, o que permitiu completar a minha formação em Jornalismo. Aprofundei ainda os conhecimentos que já tinha do sistema de ensino superior nacional, mas também contactei com as diferentes realidades que existem nos restantes membros da AULP. Passei quatro meses com uma equipa fantástica, unida, empenhada, trabalhadora e dinâmica, o que facilitou a minha integração na empresa e permitiu uma melhor articulação do trabalho. Foi uma experiência muito gratificante e enriquecedora!



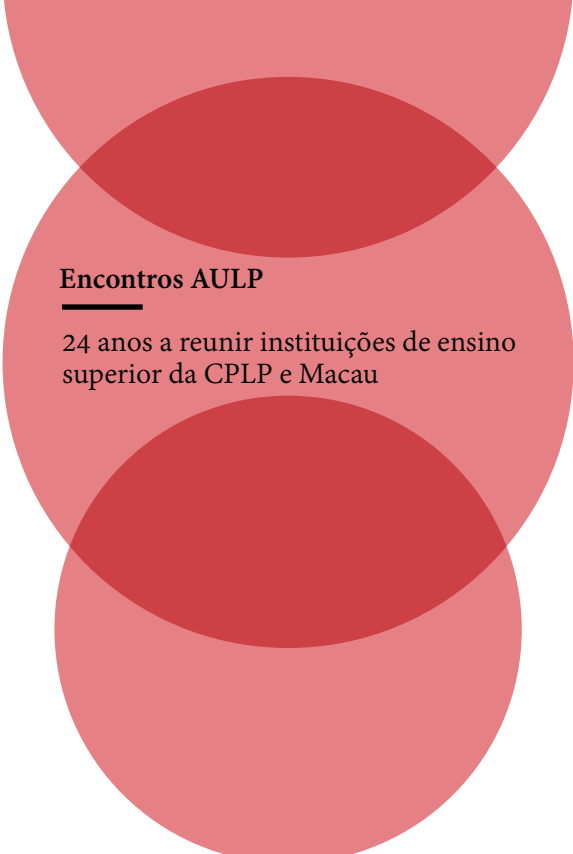
Nídia Faria
Licenciatura e Mestrado em Jornalismo
05/11/2012 a 05/03/2013

Estagiar na AULP permitiu-me estar por dentro do “mundo académico”. Aprendi e aperfeiçoei a gestão e a redação de conteúdos noticiosos em diferentes plataformas, entre as quais: *newsletter*, facebook e página. Familiarizei-me com procedimentos que contribuíram para o meu desenvolvimento enquanto profissional, e tive o prazer de estar sob a orientação de pessoas competentes e generosas, com as quais mantenho laços até hoje.



Rosendo Cruz
Publicidade e Marketing
04/11/2014 a 04/03/2014

Procurei sempre dar o meu melhor para conseguir que a AULP continuasse a ser um símbolo de união e cooperação entre os diversos membros da CPLP e Macau. Este estágio comprovou que há valores que não se aprendem nos livros, só podem ser obtidos através da pura experiência. O espírito de equipa, a confiança, a perseverança, a força de vontade, todos estes elementos e outros foram testados num ambiente afável e estimulador, por isso sinto que melhorei como estudante, como pessoa e como futuro profissional.



Encontros AULP

24 anos a reunir instituições de ensino superior da CPLP e Macau

Rui Martins

Vice-Reitor da Universidade de Macau

A Universidade de Macau (UM) é membro da AULP desde a sua criação, há 2 décadas, e ocupa uma das 4 Vice-Presidências da Associação. A UM já organizou localmente 5 Encontros em 1998, 2003, 2006, 2010 e 2014. A sua organização tem sido feita de forma conjunta por 3 instituições de Ensino Superior local: a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau (IPM) e o Instituto de Formação Turística (IFT), ambos igualmente membros da AULP.

A nossa participação nos Encontros anuais tem por objectivo principal o fortalecimento das suas relações com as Instituições de Ensino Superior dos Países de Língua Portuguesa por forma a dinamizar e intensificar o papel de Macau como plataforma de relação entre a China e esses mesmos Países, como foi definido superiormente através do conceito de “Um País e Dois Sistemas”, inserido na Lei Básica (Mini-Constituição) da RAEM, e que estabelece como línguas oficiais o Chinês e o Português.

Neste sentido, cremos que os Encontros anuais têm sido bastante úteis para o aprofundamento da colaboração entre instituições académicas deste espaço alargado da Língua Portuguesa no mundo, com resultados reais atingidos em termos da promoção e do desenvolvimento do ensino e da investigação entre as diferentes regiões, incluindo Macau.

Nuno Mangas

Presidente do Instituto Politécnico de Leiria

O Instituto Politécnico de Leiria (IPLEiria) é membro da AULP desde 1989. Dessa data para cá, tem participado em praticamente todas as atividades desenvolvidas pela Associação, nomeadamente os seus Encontros.

A AULP tem-se constituído como um espaço de reflexão, debate e troca de experiências entre as instituições de Ensino Superior de língua portuguesa, assim como num espaço de encontro de pessoas e culturas, de tolerância e entreajuda. Aprender partilhando o que temos de melhor e debatendo as estratégias mais eficazes para ultrapassar dificuldades comuns tem contribuído para o enriquecimento mútuo e para o estreitar de laços de amizade e iniciativas de cooperação entre todos.

O XXIV Encontro será, estou certo, mais um momento do qual todas as nossas instituições sairão mais ricas e mais fortes. Bem haja à AULP.

Nilma Lino Gomes

Reitora Pro-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

A Unilab propõe-se promover a cooperação académica entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa - CPLP, especialmente entre os africanos, na perspectiva da cooperação Sul-Sul. O intercâmbio internacional com as universidades públicas dos países de língua portuguesa se constitui um dos principais objetivos desta universidade.

A efetiva participação nos Encontros anuais promovido pela AULP tem contribuído para o fortalecimento e a consolidação da missão institucional da Unilab. Por meio desses Encontros, a Unilab faz-se conhecida no contexto das universidades de língua portuguesa e tem estabelecido profícuos contatos e cooperação académica com as Instituições de Ensino Superior dos países parceiros.

Com o desenvolvimento da economia chinesa nos últimos anos, estudantes do ensino secundário e universitário, representantes políticos e profissionais de negócios internacionais, optam por aprender o mandarim como língua estrangeira. Programas e iniciativas governamentais fomentam o ensino das línguas. Torna-se evidente a importância do debate, neste **Encontro da AULP em Macau**, sobre a difusão da língua portuguesa e chinesa para a colaboração académica no ensino superior e promoção do turismo.

With the chinese economic growth in the past years, high school and university students, political representatives and international trade executives have chosen to learn Mandarin as their second go-to foreign language. Consequently, governmental programmes and initiatives promote the learning of foreign languages. Thus, this year's **AULP Meeting in Macao**, turns its debate on the significance of disseminating Portuguese and Chinese languages towards academic collaboration and tourism marketing.

